

A segurança cotidiana contra roubos de telefones celulares

Eduardo Paes-Machado¹

Juliana Campos Maltez¹

¹Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

Este estudo aborda a segurança cotidiana dos usuários de telefones celulares contra roubos destes aparelhos em Salvador, Bahia. Examina dados provenientes de entrevistas semiestruturadas. Verifica as características das medidas concretas, pragmáticas e inventivas dos sujeitos para gerenciarem as ameaças e os perigos relacionados com os roubos. Aponta que a quase totalidade dessas medidas individuais e coletivas visam à prevenção situacional mediante evitação de condutas vistas como arriscadas. Mostra que esta última se caracteriza pela ocultação recorrente dos alvos no âmbito de espaços, tempos e atividades. Afirma que tanto os procedimentos individuais como os procedimentos coletivos de comunicação contribuem para criar zonas de uso e exclusão de uso dos celulares no espaço-tempo cotidiano. Conclui que essas práticas devem ser complementadas e potencializadas por medidas múltiplas adicionais de segurança.

Palavras-chave: telefones celulares, roubos de rua, segurança cotidiana, prevenção situacional.

The everyday life security against mobile phone

theft This study analyzes the everyday security by mobile phone users against the theft of those devices in Salvador, Brazil. It is based on data from semi-structured interviews. It examines the characteristics of the concrete, pragmatic, and inventive measures taken by subjects to manage threats and dangers related to the robberies. It points to the fact that most of those individual and collective measures aim at situational prevention by avoiding behaviors perceived as risky. It shows that these preventive measures are characterized by recurring concealment of the targets in the realm of spaces, times, and activities. It asserts that these measures, as well as collective procedures of communication, contribute to create zones of use and exclusion of the use of mobile phones. It concludes that these responses should be complemented with multiple additional security measures.

Keywords: mobile phones, street robberies, everyday security, situational prevention.

Introdução

O modo como a segurança é pensada e promovida vem passando por mudanças profundas, que são provocadas pela ampliação das ameaças reais e percebidas, bem como pelo avanço da securitização em países desenvolvidos e emergentes (ZEDNER, 2009).

Entre as mudanças na forma de pensar tal fenômeno, vários autores chamam a atenção, a partir de diferentes enfoques, para aspectos como: o papel ativo, as práticas, os conhecimentos e as experiências de atores não estatais na regulação do crime, na redução da violência e na produção de segurança (SHEARING; JOHNSTON, 2003; ZEDNER, 2009; VALVERDE, 2014; SANDERS, 2005; MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010; CRAWFORD;

HUTCHINSON, 2016; GUILLAUME; HUYSMANS, 2018; GUNNING; SMAIRA, 2022; BORGH, 2023; LOPES; LIMA; MELGAÇO, 2022).

A presente discussão sobre os comportamentos de atores não estatais para promoverem sua segurança objetiva e subjetiva contra as ameaças e os perigos de serem assaltados se insere e visa contribuir para a literatura recente acerca da segurança quotidiana. Os focos trabalhados são as possibilidades e os limites de eficácia do arsenal de procedimentos individuais e coletivos, preventivos e reativos, acionados pelas vítimas de roubos de telefones celulares. Como sabemos, os crimes violentos contra o patrimônio e suas consequências na sociabilidade urbana, assim como os procedimentos empregados pelos alvos para lidar com esses crimes, têm sido pouco estudados no Brasil (MALTEZ, 2023; AQUINO, 2023; MARTINS; CORRÊA; FELTRAN, 2020; GRILLO; MARTINS, 2020) e menos ainda em países do norte global, nos quais eles são raros.

Efetivamente, o enorme crescimento dos roubos de telefones celulares na última década e meia, com as subtrações de dinheiro pela manipulação de aplicativos bancários neles instalados, tem se convertido em um problema social relevante por conta dos seus impactos negativos em termos de: custos financeiros (de reposição dos celulares e de prejuízos resultantes da manipulação dos aplicativos bancários) e psicossociais associados a perturbações da mobilidade, comunicação e coordenação das rotinas diárias.

Para conduzir esta discussão, usamos a abordagem inclusiva e matizada da segurança quotidiana para compreender os padrões de comportamentos securitários levando em conta, de um lado, as experiências vividas e, de outro, os procedimentos rotineiros de sujeitos considerados ordinários, banais e insignificantes da perspectiva dos processos formais e oficiais dos governos e autoridades públicas (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014; CRAWFORD; HUTCHINSON, 2016; GUILLAUME; HUYSMANS, 2018; LOPES; PAES-MACHADO, 2021; PATRIARCA, 2021). Em outros termos, no contexto das pessoas que vivem e circulam em Salvador, a segurança quotidiana está fundada em uma mentalidade antecipatória que se expressa no emprego de medidas individuais e coletivas orientadas para a prevenção situacional dos delitos mediante restrição e evitação de condutas vistas como arriscadas. Por sua vez, a estrutura deste artigo está composta por seis seções: introdução, revisão da literatura, metodologia, práticas individuais, práticas coletivas e seção final de discussão e conclusão.

Abordagens da segurança quotidiana

Embora a definição de segurança esteja no centro das atenções de autoridades públicas, cidadãos e pesquisadores, as definições vigentes desse termo continuam sendo obscuras e

imprecisas (ZEDNER, 2009) por conta de ele apresentar dimensões objetivas, subjetivas, práticas e simbólicas que suscitam interpretações diferenciadas e não estão necessariamente correlacionadas. Sob essa perspectiva, a noção de segurança é inerentemente complexa, diversa e configurada pelas práticas materiais por meio das quais ela é buscada para construir e responder aos problemas sociais e equacionar ameaças imediatas (ZEDNER, 2009).

Consequentemente, a compreensão da segurança passa pelo conhecimento das descrições feitas pelos próprios atores acerca das medidas acionadas por eles para lidar com as ameaças e os perigos, incluindo, aqui, a ansiedade e a apreensão suscitadas por esses riscos (VALVERDE, 2014). Nesse sentido, cabe pontuar que muitas dessas práticas são fruto do saber-fazer inarticulado, automático e fundado na experiência dos sujeitos (BOURDIEU, 2001). Um saber que termina assumindo uma aparência autoevidente, pouco questionada no dia a dia e distanciada dos modelos dedutivos e abstratos que impregnam as políticas governamentais (SCOTT, 1998).

Entre os estudos que enfocam as práticas de segurança, podem ser mencionados os que discutem a governança não estatal do crime, a qual inclui as áreas neocorporativas representadas pelos arranjos informais, as estratégias de rua e as teias de relações dispersas e fragmentadas (HABERMAS, 1987; CRAWFORD, 1997). Segundo essa visão plural das ações de segurança visando à criação de “espaços” pacificados para viver, trabalhar e se divertir (WOOD, DUPONT, 2006), torna-se fundamental considerar saberes e práticas difusos e locais e formas alternativas de regulação do crime (SHEARING; JOHNSTON, 2003).

Nessa linha de raciocínio, a sociologia da vida cotidiana formulada na década de 1970 (DOUGLAS, 1970; ADLER; ADLER; FONTANA, 1987) – que se caracterizou pela crítica do determinismo, pela valorização das micro perspectivas de análise e pela ênfase na agência dos atores – inspirou estudiosos do policiamento a prestarem atenção no papel criador e criativo dos atores não estatais nos processos de segurança (CRAWFORD; HUTCHINSON, 2016; LOPES; PAES-MACHADO, 2021; PATRIARCA, 2023).

Ora, a compreensão da segurança cotidiana propõe uma visão mais matizada e inclusiva da segurança – nos cenários institucionais e não institucionais –, que vai além dos projetos formais e das oficiais dos governos e de outras autoridades políticas. Assim, ela engloba tanto as experiências vividas quanto as estratégias, as práticas específicas e as técnicas implementadas pelas pessoas para a proteção delas. Ademais, esse foco permite discutir a distribuição desigual da vulnerabilidade e da insegurança, bem como os impactos sociais diferenciados das medidas de segurança sobre as relações de gênero e os grupos marginalizados pelos discursos públicos e interesses poderosos. Em resumo, a proposta dos autores é construir um conhecimento empírico

detalhado acerca da segurança implementada de “baixo para cima” mediante rotinas, práticas e rituais (CRAWFORD; HUTCHINSON, 2016).

Na mesma perspectiva, Xavier Guillaume e Jef Huysmans (2018) valorizaram as ações e os procedimentos rotineiros de indivíduos e grupos considerados ordinários, banais e insignificantes (GUILLAUME, HUYSMANS, 2018) para lidar com as ameaças e perigos. Tal agência influencia a configuração das situações e a emergência de possibilidades que vão além das restrições e estruturas sociais profundas. A mesma preocupação está presente na discussão de Jeroen Gunning e Dima Smaira (2022) acerca das formas como moradores e múltiplos atores securitários – estatais e não estatais, formais e informais – negociam a segurança em espaços urbanos disputados por sujeitos armados. Em poucas palavras, a (in)segurança cotidiana é vista pelos autores como um fenômeno fluido, relacional, dinâmico, agenciado e fundado nas dimensões do tempo, lugar e espaço.

Na discussão acerca da normatividade securitária ou as regras informais de proteção e vigilância, Luis Reyes (2016) examina as práticas de segurança com base nos efeitos da vigilância exercida e recebida pelas pessoas em diferentes cenários e interações urbanas. Nesse sentido, a proteção dos objetos no espaço-tempo cotidiano ativa práticas e formas de ser, estar e se relacionar com os demais. Retomando a contribuição de Bruno Latour (2005) sobre o significado das coisas nas ações sociais, Reyes (2016) afirma que os objetos participam da ação social como coisas a serem protegidas e como ferramentas de securitização.

Por sua vez, Chris Van Der Borgh (2023) aponta limites das práticas quotidianas de moradores de espaços caracterizados por altos níveis de incerteza e pela impossibilidade de contar com a provisão de segurança por parte do Estado e de agentes não estatais. Ao mesmo tempo que tais práticas constituem respostas concretas e pragmáticas às inseguranças vivenciadas, elas estão mais focalizadas na sobrevivência e na autoproteção do que na transformação da ordem pública local. Assim, embora reflitam as opções para lidar com situações arriscadas, elas não oferecem garantias de sucesso.

Na vertente dos estudos construcionistas sobre risco, Teela Sanders (2005) aborda as precauções e as estratégias dos atores para gerenciarem riscos de violência interpessoal e institucional, sem perder de vista as restrições sociais do ambiente em que tais ameaças emergem e prevalecem. Como o risco depende, segundo a autora, de avaliações individuais e de fatores relativos ao ambiente socioeconômico e cultural, cada estratégia acionada pelos atores pode ser comprometida pelos custos de oportunidade, por prioridades e perigos, bem como pelas ações e por propósitos de outros indivíduos e grupos.

Levando em conta as competências dos sujeitos para acionar as técnicas de gestão de risco, Eduardo Paes-Machado e Ana Márcia Nascimento (2014) também discutem as limitações dessas

técnicas. Além das disparidades econômicas que contribuem para o aumento da vulnerabilidade dos segmentos menos abonados (SHEARING; JOHNSTON, 2003), as restrições socioespaciais e a sensibilidade securitária leiga igualmente comprometem a atuação dos sujeitos. Com respeito à proximidade relativa entre áreas seguras e inseguras e a mobilidade intraurbana da delinquência entre elas, tais fatores contrabalançam o esforço dos atores para amortecer desvantagens ecológicas ou reduzir riscos nos seus espaços de atividade. Quanto aos limites da sensibilidade leiga, esta sensibilidade identifica ameaças e perigos que se encaixam nos seus estereótipos, mas gera ilusões cognitivas, ignora riscos que fogem desses padrões e produz brechas na segurança.

Em resumidas contas, a abordagem da segurança quotidiana contribui para entender os esforços, os agenciamentos e as práticas desenvolvidas por atores não estatais, individuais e grupais para fazerem a gestão e a redução ativas das ameaças e perigos. Ao lado disso, a mesma abordagem permite examinar as continuidades, descontinuidades e possíveis complementaridades entre esses esforços localizados e persistentes dos cidadãos e os projetos oficiais de agências públicas e privadas de segurança.

Trabalho de campo

Este artigo resultou de uma pesquisa conduzida em Salvador, Bahia (MALTEZ, 2023), estado em que foram registrados 48,9 mil casos de roubos e furtos de celulares em 2021, enquanto no ano seguinte ocorreram 83,4 mil crimes desse tipo, totalizando um aumento de 70% (PITOMBO; ZARUR, 2023). Com respeito ao contexto de Salvador, entre janeiro e outubro de 2020, foram registradas 20.641 ocorrências (Salvador..., 2021).

Esta pesquisa está fundada em dois conjuntos de entrevistas semiestruturadas com vítimas de roubos de telefones móveis. O primeiro conjunto foi realizado entre outubro de 2021 e novembro de 2022 e, posteriormente, retomado em agosto de 2023 (MALTEZ, 2023). Por sua vez, o segundo conjunto de entrevistas foi feito entre outubro e novembro de 2023 (MALTEZ, 2023). Tais entrevistas foram conduzidas seguindo um roteiro de questões agrupadas nos seguintes blocos temáticos, a saber: a) características sociodemográficas; b) contexto socioespacial dos roubos; c) abordagem dos assaltantes; d) tipos e formas de vitimização; e) reações e respostas das vítimas; f) reações dos acompanhantes ou transeuntes; g) providências após o roubo; h) danos e transtornos; e i) práticas de segurança quotidiana.

Para a aplicação deste instrumento de pesquisa, foram selecionados dois shoppings da cidade: o Shopping da Bahia e o Shopping Center Lapa. O primeiro está próximo do Terminal Rodoviário da cidade e de duas estações de metrô, e é utilizado por pessoas de diferentes bairros.

O Shopping Center Lapa, que atende às demandas da população do centro da cidade, está ligado ao Shopping Piedade e às estações do CCR Metrô e de ônibus. A escolha desses locais objetivou selecionar participantes com base em critérios de classe, raça, gênero e idade. Tal seleção de interlocutores evidenciou a vulnerabilidade de pessoas com menor poder aquisitivo, usuários de transportes públicos e pedestres.

O trabalho de campo nesses locais foi realizado por meio da abordagem de pessoas nas praças de alimentação, levando em conta as características desses lugares, os horários de frequência e a disponibilidade dos indivíduos para conversar. O momento de seleção dos interlocutores envolveu uma explicação sobre o projeto de pesquisa, a confirmação se o possível participante já havia sido vítima de roubo de celular nos últimos 24 meses, o interesse em participar da pesquisa e o pedido para gravar a entrevista. Por fim, no que tange às questões éticas, é importante salientar que, além de os interlocutores terem conhecimento prévio do objetivo da pesquisa, eles tiveram suas identidades preservadas.

Quanto à caracterização dos 48 entrevistados, 21 foram homens e 26 foram mulheres, com idades entre 18 e 67 anos, residentes em diferentes áreas da cidade. A maioria estava na faixa etária de 22 a 38 anos. Quanto ao grau de escolaridade, quatro informaram ter o ensino fundamental incompleto, quatro o ensino fundamental, três tinham o ensino médio incompleto, 23 informaram ter o ensino médio completo, três afirmaram estar com o ensino superior em andamento, dez confirmaram ter o ensino superior completa e uma pessoa não informou. Com relação ao critério de cor e raça, uma se declarou indígena, 16 vítimas se declararam pardas, 22 informaram ser pretas e nove brancas.

No que se refere ao número de vitimizações, os entrevistados foram assaltados de uma a sete vezes, com predomínio daqueles que sofreram de um a três roubos. Em termos mais específicos, observou-se que 23 pessoas foram assaltadas uma vez; 14 foram roubadas duas vezes; quatro foram roubadas três vezes; duas vítimas foram assaltadas quatro vezes; duas foram alvos por cinco vezes e três informaram ter sido roubadas sete vezes. De modo geral, as mulheres apresentaram números maiores do que os homens.

Por fim e como parte do segundo conjunto de entrevistas, realizou-se dez entrevistas adicionais visando complementar dados acerca das práticas de segurança quotidiana, com indivíduos pertencentes à rede social de um dos pesquisadores. Foram entrevistas curtas, realizadas em residências ou por meio de conversas online com interlocutores conhecidos. As conversas tiveram como foco os procedimentos de gestão e redução de riscos de roubos de telefones móveis. Do total de dez entrevistas, sete foram com mulheres e três com homens, com idades entre 25 e 59 anos.

A idade mínima das vítimas era de 25 e a máxima de 59 anos. A maioria se encaixava na faixa etária de 28 a 35 anos. No que diz respeito ao grau de escolaridade, oito informaram ter o ensino superior completo, uma estava cursando o ensino superior e outra tinha o superior incompleto. Com relação ao critério de cor e raça, duas eram brancas, três pardas e cinco negras. Quanto às ocupações, foram identificadas: empreendedoras (2), bióloga, técnica de enfermagem, consórcio, nutricionista, enfermeira, pesquisador, recepcionista, autônoma. Para analisar os dados obtidos, os textos foram processados, comparados e agrupados de acordo com as categorias contidas nos blocos temáticos das entrevistas e o diálogo com contribuições teóricas específicas.

Práticas individuais preventivas

As práticas individuais preventivas, que são as mais comuns entre os usuários de telefones celulares, são constituídas de respostas concretas, pragmáticas e localizadas (BORGH, 2023) às ameaças e aos perigos de roubos desses aparelhos. Elas são acionadas no aqui e agora das atividades e dos deslocamentos diários segundo normas que também orientam as práticas coletivas de segurança. Em outros termos, os sujeitos devem pensar à frente, de um modo antecipatório, sobre risco para poder gerenciá-lo, o que inclui responder a uma ampla gama de situações e comportamentos de estranhos (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

Como cada usuário atua semelhante a um agente de segurança, ele é capaz de extrair e adaptar técnicas do seu repertório de gestão de risco para responder aos sinais de advertência, adequando seus comportamentos e comunicando, em vários casos, condutas apropriadas aos demais. Conforme demonstrado no Quadro 1, tais práticas individuais preventivas são: a) uso de dispositivos do aparelho; b) restrição de exposição; c) ocultação do aparelho; d) restrição do porte; e) ocultação pessoal; e f) evitação de suspeitos.

Quadro 1 – Práticas de segurança quotidiana contra roubo de celulares

Classificação	Tipos	Descrição	Limites de eficácia
Práticas individuais preventivas	Uso dos dispositivos do aparelho	Antecede as interações em espaços públicos; Formas: Bloqueio de tela e aplicativos sensíveis, uso de senhas, biometria, reconhecimento facial, película de privacidade; Medidas para evitar novos golpes após o roubo.	Falhas operacionais e vazamento de dados; Aparelhos que são arrebatados com telas e aplicativos desbloqueados.

Quadro 1 – Continuação

Classificação	Tipos	Descrição	Limites de eficácia
Práticas individuais preventivas	Restrição da exposição	Não atender chamadas; manter o celular no silencioso ou desligado, evitar utilizar fones de ouvido e acessórios que chamam atenção; Uso do “celular do ladrão” ou “celular de rua”, que pode ser um modelo mais simples ou aquele que não guarda aplicativos sensíveis e informações valiosas.	Centralidade e indispensabilidade dos celulares.
	Ocultação do aparelho	Em roupas, bolsas, bolsos, mochilas, sacolas, embaixo de objetos que estão nas bolsas, doleiras; Colocação do aparelho entre ou embaixo das pernas ao conduzir ou ser conduzido por veículos; Uso contido em locais tipos como mais seguros (Shoppings, mercados, lojas, etc.).	Conhecimento e contramedidas dos assaltantes; Usuários que facilitam a entrega dos bens para evitar represália.
	Restrição do porte	Diminuição do número de saídas; Seleção de espaços a serem frequentados, excluindo aqueles considerados mal afamados ou o local em que ocorreu a vitimização; Restrição temporal e combinação de rotinas – horários, épocas do ano, e espaços de circulação.	Mobilidade intraurbana e diversificação dos espaços e horários de atuação dos assaltantes.
	Ocultação pessoal	No interior de estabelecimentos ou atrás de edificações próximas das paradas de ônibus; Auxílio de aplicativos que mostram os horários dos transportes.	Nem todos os pontos têm locais para os usuários se ocultarem; Exposição à ação rápida de duplas de assaltantes em motocicletas.
	Evitação de suspeitos	Mapeamento de estranhos fundado em estereótipos, traços físicos e posturas corporais.	Não evita que os assaltantes se antecipem à desconfiança das vítimas potenciais; Não dá conta de portadores de ameaças e perigos que fogem a tais estereótipos. Exemplo: Criminosos disfarçados com roupas de empresas.

Quadro 1 – Continuação

Classificação	Tipos	Descrição	Limites de eficácia
Prática coletiva preventiva	Comunicação via rede social	Uso de grupos de aplicativos de bairros ou segmentos profissionais para gerenciar riscos nos espaços de circulação; Troca de informações sobre segurança dos bairros.	Mobilidade intraurbana e diversificação dos espaços e horários de atuação dos criminosos.
Prática coletiva preventiva	Deslocamento em grupo	Andar acompanhado para aumentar a sensação de segurança e dissuadir assaltantes isolados e desarmados.	Menor eficácia contra ladrões armados.
Prática coletiva reativa	Ajuda mútua	Implementada entre grupos de conhecidos, amigos e familiares; Engloba cuidados consigo e com os demais em termos de advertência, aconselhamento e contenção física.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uso dos dispositivos do aparelho

Como os roubos podem proporcionar oportunidades para outros tipos de crimes, gerando novos prejuízos e transtornos para as vítimas, há usuários que acionam os dispositivos do próprio aparelho para se protegerem de vazamentos de dados, fraudes bancárias e golpes virtuais: *O pior é levar o celular com os aplicativos e você ter todo tipo de dor de cabeça, da pessoa [delinquente] entrar em sua conta... de [você ter que] bloquear todos os cartões, tirar todos os documentos de novo e o estresse que isso gera* (Jornalista, 54 anos).

Entre esses dispositivos que impedem o acesso de terceiros ao aparelho, estão o bloqueio de tela e as películas de privacidade. Efetivamente, o bloqueio de tela é um dos primeiros recursos utilizados: *Eu uso o PIN [“Personal Identification Number” ou “Número de Identificação Pessoal”] e biometria. Para aplicativos de banco e para acessar o celular. Uso biometria e PIN para ter acesso ao celular mesmo* (Bióloga, 33 anos).

O bloqueio do acesso ao aparelho é um dispositivo relevante, mas não é o único que é empregado por conta das falhas operacionais e dos roubos do celular com a tela desbloqueada. Por isso,

a redução do acesso aos aplicativos específicos, a exemplo dos bancários, também é amplamente usada, o que acarreta uma sobreposição de senhas: *Coloco senhas, principalmente, em aplicativos de banco e informações que possam ser usadas por criminosos* (Empreendedor, 30 anos). Os indivíduos ainda acionam outras medidas preventivas, a saber: o estabelecimento de limite para transações bancárias e a criação de diferentes perfis no celular como o chamado “modo rua”.

Ao lado disso, há usuários que colocam uma película de privacidade para impedir a visão lateral da tela do celular, possibilitando que somente quem está posicionado em frente ao aparelho consiga ver o que é exibido na tela. Esse item visa garantir a privacidade e impedir que outras pessoas visualizem a digitalização de senhas e outras informações valiosas.

Entretanto, apesar de esses dispositivos evitarem ou reduzirem prejuízos e transtornos adicionais, eles apresentam falhas que permitem acessos não autorizados e vazamentos de dados valiosos e íntimos (LEMOS, 2022). Outro limite de eficácia importante decorre do fato de que muitos aparelhos são arrebatados dos donos quando estão sendo usados por eles e a tela está desbloqueada, ou então quando os proprietários são forçadas pelos ladrões a desbloqueá-la antes de tomarem os celulares. Ainda como parte dessa competência da criminalidade para burlar obstáculos e atacar mecanismos de defesa, as senhas dos usuários podem ser apropriadas por outros dispositivos que as salvam em redes inseguras, por meio de ações de hackers e ataques *phishing* visando obter senhas e números de cartões de crédito.

Restrição da exposição

Adotando a máxima de “quem não é visto, não é lembrado”, os sujeitos buscam retirar seus aparelhos das vistas dos suspeitos para reduzir a atratividade deles: *Quando [o aparelho] está mais visível pode chamar mais atenção, acaba sendo mais atrativo* (Técnica de enfermagem, 22 anos). A restrição da exposição do aparelho envolve não atender nem fazer chamadas, manter o celular no silencioso ou desligado, evitar usar fones de ouvido e usar os chamados aparelhos reservas.

Na linha de não atender às chamadas na rua, vários usuários apontam os perigos de mostrar os celulares: *Eu não atendo, não exponho meu celular na rua e nem no ponto de ônibus de jeito nenhum. É questão de segurança... Eles [assaltantes] ficam observando quem está com aparelho na mão para darem voz de assalto* (Recepcionista, 38 anos).

Afora não deixarem o aparelho em locais visíveis, não atenderem às ligações nem verificarem mensagens, os usuários desligam ou colocam o celular no silencioso: *Eu deixo o celular no vibrador quando tem que tocar em determinados locais, entendeu?* (Operador de máquinas, 35 anos). Em certas situações, a restrição chega a ser total e o celular é desligado: *Depois que*

ocorreu o assalto costume utilizar [o celular] mais em casa...No intervalo do trabalho e na rua eu desligo (Técnico de internet, 27 anos).

Quanto ao uso de fones de ouvido, estes são evitados porque chamam atenção para o aparelho ou distraem as vítimas em relação ao seu entorno: *Como eu estava com fone no ouvido, eu estava ouvindo música, eu não percebi quando ele [assaltante] chegou, eu achei que queria informação* (Empreendedor, 23 anos). Mas, principalmente, a utilização dos acessórios opera como uma comprovação da existência de um celular disponível para subtrair: *Eu evito estar com fone de ouvido no ônibus, pois eles [ladrões] ficam ligados nisso, né? Se você está com fone de ouvido é porque você está com algum celular.* (Operador de Máquinas, 35 anos).

Afora essas medidas restritivas, há usuários que utilizam o “celular de rua” para entregar, nos casos de assaltos, aos ladrões, enquanto mantêm ou preservam em casa os aparelhos reservas, mais caros ou que guardam dados mais valiosos ou aplicativos sensíveis. Entretanto, as limitações técnicas e interativas,¹ assim como o aumento da utilização de aplicativos bancários nos aparelhos, têm mudado os termos desses procedimentos. Nesse sentido, o “celular do ladrão”, que até recentemente era um aparelho simples e barato deixado em casa para preservar os dispositivos mais caros, vem adquirindo novos significados por passar a guardar informações valiosas ou relativas às transações bancárias das vítimas.

Ao tempo que instalam os aplicativos bancários sensíveis nesses celulares inferiores e os deixam em casa, eles usam os telefones melhores e sem tais ferramentas nos espaços públicos: *Já andei com celular fuleiro na rua. Hoje não ando mais. Ando com o bom e tenho um fuleiro em casa com as coisas do banco...O velho não tem bateria para usar na rua, agora eu uso dentro de casa.* (Bióloga, 33 anos). Em contraste com indivíduos e grupos de menor poder aquisitivo que temem ter seus aparelhos subtraídos, os usuários com renda mais elevada enfatizam os riscos e transtornos representados pelo roubo dos celulares com aplicativos sensíveis e valiosos: *O meu maior medo hoje de levarem o celular, não é o aparelho em si, porque é coisa material, a gente toma o prejuízo e compra outro. O pior é levar o celular com os aplicativos e você ter todo tipo de dor de cabeça.* (Jornalista, 53 anos).

Tais medidas se chocam com a centralidade e indispensabilidade dos celulares, impedindo os usuários de utilizarem os recursos de comunicação e mobilidade desses dispositivos eletrônicos em logradouros públicos: *Hoje em dia me vejo com muito medo de sair com o celular, que até meus parentes falam que às vezes, tentam ligar para mim quando estou na rua e não conseguem* (Auxiliar de Produção, 40 anos). Isso tem levado os próprios aplicativos bancários a disponibilizarem o chamado “modo rua” para tais transações. Enfim, embora vários sujeitos reconheçam os limites desses procedimentos, eles continuam acionando-os para reduzir os danos decorrentes dos roubos.

Ocultação dos aparelhos

A ocultação busca conciliar a indispensabilidade do celular com a necessidade de proteção dele: *Eu carrego o celular, porque não posso deixar de carregar, mas eu carrego com medo* (Diarista, 40 anos). Além de buscarem evitar que os aparelhos sejam vistos, tais medidas de ocultação dificultam a revista das vítimas pelos infratores ou aumentam o grau de inércia do bem (COHEN; FELSON, 1979). Os esconderijos são as vestimentas e os acessórios corporais, como roupas, bolsas, bolsos, mochilas ou sacolas, roupas íntimas ou partes do próprio corpo, como as pernas: *Eu evito sair com o celular. Mas tem vezes que não tem como, né? Então, eu sempre coloco o bem escondido na mochila ou então na calça, no short, na blusa e na parte lateral do sutiã* (Técnica de enfermagem, 22 anos).

Outro item utilizado para esconder os aparelhos é a doleira, um acessório para guardar carteira e celular e que é colocado por baixo da roupa, em especial nas aglomerações e festas de rua: *O cara passou na moto e pediu meu celular. Só que eu estava com a mochila... Aí ele me perguntou “o celular está aqui?” Eu disse que sim. Mentira, né? O celular não estava, o celular eu coloco dentro da doleira* (Empreendedora, 40 anos). Como complemento dessas medidas, os usuários evitam acessórios e adereços caros ou chamativos que mostrem o aparelho.

Em relação ao procedimento de colocar o aparelho entre as pernas ou então se sentar em cima dele, o método é utilizado por motoristas de carros e passageiros de ônibus: *Dentro do carro ao reduzir a velocidade ou parar no sinal, eu coloco o celular entre as minhas pernas ou no banco também* (Nutricionista, 34 anos). Quanto aos passageiros de ônibus, eles chegam a sentar em cima dos aparelhos nas situações de roubos cometidos dentro desses veículos: *Ele [o assaltante] começou a tocar o terror. Começou a dizer “passa tudo, quem tiver celular passa e não esconda, eu vou olhar tudo, se alguém tiver sentado em cima de celular eu vou estourar os miolos”* (Diarista, 40 anos).

Tais procedimentos, entretanto, apresentam limitações decorrentes do fato de os assaltantes já conhecerem esses métodos e usarem contramedidas: *Eu e minha amiga estávamos com o celular na cintura, mas os bandidos já sabem que os moradores escondem e vão revistando como se fossem polícia* (Caixa e Atendente, 18 anos). Consequentemente, há usuários que terminam desistindo de esconder os aparelhos, chegando a facilitar a entrega deles para evitar respostas violentas por parte dos ladrões: *Eu uso este celular [que] fica fácil na bolsa, porque na vez [que foi roubado] estava na cintura e ele [assaltante] achou que eu ia sacar uma arma... Deixo já para dar a ele.* (Auxiliar de Serviços Gerais, 31 anos).

Nesse jogo de ping-pong da segurança patrimonial e pessoal, permeado por feedbacks mútuos e constantes entre vítimas potenciais e infratores, a sensibilidade leiga (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014) das primeiras opera, em vários momentos, com a prudência, a malícia e a

rapidez para preservar os aparelhos. Nessa linha, os usuários buscam bolhas de segurança, cantos tranquilos e passagens sossegadas das ruas para utilizar os aparelhos e checar mensagens: *Só uso no cantinho que dê para mexer no celular.* (Atendente, 18 anos). Outro expediente é a checagem e a guarda rápida do telefone móvel: *Pelo fato de a gente estar viciado [em celular], acaba utilizando em todos os locais. Então, pega o celular rápido só para ver uma mensagem e guarda rapidamente. Tem aquela prudência entre aspas.* (Auxiliar em Farmácia, 24 anos). Em outros casos, os sujeitos fazem esse uso contido dos aparelhos em locais fechados em que não se sentem ameaçados: *Eu uso o celular somente em lojas, supermercados... Em lugares que tem bastante pessoas. Não uso mais celular no ponto, em ônibus, guardo na mochila, deixo para usar só em casa.* (Operador de Máquinas, 23 anos).

Restrição do porte

Dada a enorme influência das funções dos celulares sobre a mobilidade socioespacial, a restrição do porte desses aparelhos afeta diretamente as formas de circulação dos usuários em locais e momentos considerados arriscados.

Na perspectiva radical de não serem roubados, os sujeitos diminuem o número de saídas e chegam a não saírem de casa: *Tenho trauma de sair e levar o celular. Fico mais atenta ao redor, aos lugares que eu vou, as vezes até evito sair de casa* (Estudante, 18 anos). Tal redução de saídas pode incluir até mesmo aquelas direcionadas ao lazer e entretenimento, como idas a bares e restaurantes: *Às vezes eu evito sair e levar o celular e quando eu saio eu tomo bastante cuidado.* (Atendente, 18 anos).

Em termos mais específicos, os usuários, quando saem das suas casas, costumam selecionar locais para transitarem ou permanecerem (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014), excluindo os que são pouco frequentados ou que são isolados: *Agora eu ando mais alerta e evito andar em lugares desertos* (Manicure, 22 anos). Isso é feito, principalmente, quando os indivíduos estão transitando sozinhos: *Eu evito muito andar sozinho. Não ando cem metros se eu ver que está vazio. Se eu ver qualquer movimento errado, eu volto no mesmo caminho* (Desempregado, 19 anos). No caso de motoristas de carros particulares, há indivíduos que, ao pararem seus carros para circularem a pé nos logradouros públicos, costumam deixar seus celulares dentro dos automóveis.

Nessa linha, os sujeitos procuram evitar áreas consideradas perigosas ou mal afamadas pelas experiências diretas e indiretas de furtos e roubos, assim como pela cobertura estigmatizadora delas pelos meios de comunicação: *Eu fui lá [no local] colocar a película nesse celular, o rapaz [vendedor] falou “evite usar o celular aqui, porque tem uns caras que são danadinhos pra roubar”.* (Empreendedor, 23 anos). No caso das pessoas que já foram assaltadas, elas alteram seus trajetos

para não transitarem novamente pelos locais nos quais passaram por isso: *Depois que aconteceu [o roubo] eu não passo mais pelo lugar que eu fui roubada no local X. Então, eu não passo, eu mudo todo meu itinerário.* (Psicóloga, 35 anos).

Além disso, vários usuários implementam medidas de restrição temporal que alteram a combinação das rotinas – horários e espaços de circulação – para evitar o turno noturno: *Eu gostava de trabalhar à noite, estudava pela manhã, hoje em dia já trabalho mais pela manhã, eu não fico mais em ponto de ônibus sozinho, se ficar eu fico em algum lugar escondido para que não ocorra [assalto] da mesma maneira.* (Garçom, 27 anos). Nessa e em outras combinações de segurança (*security combos*), a noite é avaliada como perigosa pela redução da permanência e circulação de pedestres: *Eu evito sair à noite, porque as duas vezes que fui assaltado foi à noite. De noite eu não trabalho. Eu sempre paro em lugares movimentados, se tem alguém suspeito, eu dou um volta* (Mototáxi, 25 anos). Efetivamente, a redução drástica da mobilidade de pessoas no turno noturno faz com que muitas áreas da cidade pareçam estar sob um toque de recolher autodeclarado por moradores e transeuntes por conta da sensação de insegurança.

A restrição temporal do porte de celular é intensificada nos momentos conhecidos pelo aumento dos roubos, como o Natal e Ano Novo: *Chega final de ano e a insegurança cresce cada vez mais, todos nós devemos evitar andar com celular, mostrar o que você tem, esconder para as pessoas não observarem você* (Microempreendedor, 55 anos). Tais festividades, que coincidem com o aumento da circulação de dinheiro resultante do recebimento do décimo terceiro salário e do aumento das compras no varejo, estimulam a atuação dos delinquentes: *Como está chegando o final do ano, já estou pensando em deixar o celular dentro de casa mesmo. Está tendo assalto demais.* (Auxiliar de Produção, 40 anos). Outrossim, os feriados prolongados e as festividades de rua, como o Carnaval, que influenciam no crescimento dos roubos (MONK; HEINONEN; ECK, 2010), fazem com que os usuários redobrem suas precauções. Uma relevante limitação dessas medidas de restrição espacial e temporal do porte de celulares decorre da mobilidade intraurbana e da diversificação dos espaços e horários de atuação por parte dos assaltantes (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

Ocultação pessoal

A ocultação pessoal envolve evitar aguardar os ônibus nas paradas e buscar manter uma distância considerada prudente delas, esperando os veículos dentro de estabelecimentos privados ou se escondendo atrás de prédios próximos.

Afora evitar operar os aparelhos nas paradas de ônibus, há pessoas que mantêm uma certa distância delas: *Evitava ao máximo utilizar o aparelho em ponto de ônibus. Eu fico mais distante*

do ponto...aí quando vejo o ônibus chegar eu me aproximo. (Profissional de marketing, 23 anos). Tal procedimento, entretanto, pode fazer com que os usuários percam a oportunidade de tomar o ônibus ou mesmo consigam uma poltrona para se sentar.

Ao lado dessas medidas, há usuários que acionam aplicativos dos celulares com os horários dos ônibus, para diminuir o tempo de permanência e a exposição dos aparelhos nas paragens. Tais aplicativos são usados antes das pessoas saírem de casa ou do trabalho: *No ponto de ônibus mesmo eu uso o aplicativo para olhar quando o ônibus vai passar... Só que agora eu olho antes de sair de casa para não usar no ponto [porque] rola muito assalto* (Técnico de informática, 20 anos).

Nesse registro, outro procedimento empregado é a permanência no interior de estabelecimentos privados ou com seguranças particulares: *Gerei um trauma em ficar no ponto de ônibus. Agora quando eu vou pegar o ônibus, eu fico na porta do hospital com alguns seguranças. A maioria das pessoas fica lá, não vamos mais para o ponto por conta dessa insegurança* (Técnica de Enfermagem, 23 anos). As mesmas precauções são tomadas em relação aos automóveis de aplicativos: *Hoje em dia eu vou chamar o Uber para ir para casa ou eu chamo lá da minha loja ou chamo da portaria* (Vendedor, 22 anos). A valorização dos espaços privados como lugares seguros contrasta com a desvalorização dos logradouros públicos abertos pelo fato destes condensarem ameaças físicas e simbólicas que solapam a segurança existencial dos sujeitos. Ademais, considerando que a mobilidade socioespacial está associada às funções dos celulares, a restrição do porte desses aparelhos termina afetando o próprio raio geográfico de circulação dos usuários.

Por sua vez, a prática de se esconder atrás de prédios é utilizada quando há edificações perto das paradas: *A gente começou a adotar medidas diferentes como se esconder atrás de prédios e só ir para o ponto quando o ônibus já está perto de vir.* (Diarista, 40 anos). Mas como nem todas as paradas de ônibus têm edificações próximas para os usuários se esconderem, muitos deles ficam expostos à ação rápida, ousada e certa de duplas de motociclistas delinquentes (PAES-MACHADO, 2010). Além de arrebatarem celulares nas paragens, essas duplas acompanham os ônibus para apoiarem comparsas infiltrados neles que, após roubarem os telefones dos passageiros, descem carregados com os aparelhos surrupiados e necessitados de suporte logístico.

Evitação de suspeitos

Assim como muitos outros atores, os usuários de telefones móveis mapeiam os estranhos para evitarem encontros com indivíduos ou grupos tidos como perigosos. Tal mapeamento está fundado, entre outros aspectos, em estereótipos, traços físicos, posturas corporais e roupas (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014).

Ora, além de esse mapeamento não evitar que os assaltantes se antecipem com respeito à desconfiança e outras precauções das vítimas potenciais, ele não dá conta de portadores de ameaças e perigos que não se enquadram nesses estereótipos. *Eu abri minha bolsa e dei [o celular para o assaltante]... Eles [assaltantes] são estrategistas. E não foram pessoas negras, mal vestidas. Foram homens brancos, todos direitinhos. Eles não tinham o estereótipo* (Cuidadora, 36 anos). Isso também acontece nas situações em que os assaltantes encenam comportamentos corriqueiros, vestem fardas de empresas e utilizam outros truques para não suscitarem suspeitas e se aproximarem das vítimas.

Entre os indivíduos que mais provocam suspeitas estão as duplas de motociclistas que, por conta de inúmeros assaltados cometidos por elas (PAES-MACHADO, 2010), assustam e intensificam a vigilância: *Antigamente eu não andava preocupada na rua com qualquer pessoa que passava, hoje em dia eu ando assustada com as pessoas que passam de moto* (Manicure, 22 anos).

Em suma, as práticas individuais de prevenção situacional dos roubos evidenciam o caráter fundamental da evitação de condutas como estratégia de proteção das vítimas de crimes (FELSON, 2006), que inclui a implementação de medidas de ocultação dos alvos objetivos e pessoais. Cabe enfatizar que tais procedimentos apresentam semelhanças – intercessões, sobreposições e combinações – que implicam um elevado grau de redundância.

Práticas coletivas preventivas e reativas

As práticas coletivas envolvem redes parciais de relações integradas por participantes com autonomia mútua, formas diferenciadas de acesso e flutuações frequentes de contatos (PAES-MACHADO; NASCIMENTO, 2014), mas que potencializam as reações e as respostas dos sujeitos aos crimes de rua. Tais aspectos que influenciam a gestão das ameaças e dos perigos nos espaços de permanência e circulação dos sujeitos caracterizam as práticas de comunicação pela mídia social e o deslocamento em grupo. Em contraste, o procedimento coletivo e reativo da ajuda mútua entre pessoas conhecidas mobiliza laços mais estreitos e consistentes entre elas, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Comunicação pela mídia social

As experiências quotidianas são amplamente afetadas pelas novas tecnologias dos espaços virtuais que modificam as relações no tempo e espaço e geram novos sentimentos e práticas de segurança (CRAWFORD; HUTCHISON, 2016). A partir dessa perspectiva, vários usuários de aparelhos celulares utilizam grupos de aplicativos para gerenciar riscos, controlar seus espaços de atividades e prevenir roubos.

Entre esses grupos, se destacam os que são formados por moradores, comerciantes locais, trabalhadores autônomos e motoristas de aplicativos. Por meio desses grupos, os participantes trocam informações sobre a segurança dos bairros, divulgam ocorrências violentas e emitem alertas contra assaltos.

Tem um grupo geral do bairro que participo, dos empreendedores... sempre tem trocas de informações sobre violência, assaltos para alertar outras pessoas, comerciantes e moradores. A ajuda é dizer 'não vá em tal lugar, acabaram de assaltar, não peguem tal caminho, ônibus...!' (Empreendedor, 30 anos).

A utilização desses grupos para a divulgação de informações acerca de ameaças e perigos em diversos locais e horários de trabalho e circulação interessa, entre outros segmentos, aos entregadores de aplicativos: *Quem já foi assaltado, comunica [aos demais colegas] os bairros em que estão tendo assalto para evitar entrar [nessas localidades] nos horários com tais ocorrências. Porém, nós procuramos saber com nossos colegas, que são mais velhos na plataforma, como devemos agir* (Mototáxi, 25 anos). Novamente, embora tais grupos contribuam para a prevenção de roubos, as atividades deles podem ser neutralizadas pela mobilidade intraurbana e as oportunidades de diversificação dos espaços e horários de atuação por parte dos assaltantes.

Deslocamento em grupo

O deslocamento junto com terceiros ou em grupo é uma prática gregária costumeira que tem sido redirecionada (MOLOTCH, 2010) para lidar com a insegurança nos espaços públicos. Por meio desta reorientação os sujeitos buscam aumentar a sensação de segurança e dissuadir atacantes efetivos e potenciais (SANDERS, 2005).

Uma ilustração são as restrições e preferências de homens e mulheres quanto à forma de circularem: *Eu evito andar sozinho na rua. Não ando cem metros se eu ver que está vazia* (Desempregado, 19 anos). Tal avaliação sobre a insegurança das vias públicas é reafirmada por esta mulher: *Ninguém gosta, ninguém se sente seguro em andar sozinho na rua. É incerto* (Vendedora, 36 anos). Como andar só representa desproteção e incerteza, esta conduta é temida e evitada pelos sujeitos em lugares pouco frequentados – também chamados de “desertos” – e visados pela criminalidade. Um antídoto para esse sentimento de medo é a companhia tanto de estranhos, como de conhecidos para dissuadir ladrões “covardes” que atacam pessoas sozinhas e contrabalançar a vulnerabilidade pessoal e ambiental.

Porque os caras [assaltantes] têm medo, né? Se eu viesse como venho [acompanhado]... Eu jogo esse [futebol com meus amigos [e] a gente vem de galera, de dez, quinze homens. Então jamais eles [assaltantes] viriam para cima... Eles iriam se sentir até ameaçados... Inibe. Eles são todos putas [covardes]...Vi eu sozinho... Aí eu fico totalmente vulnerável (Vendedor consignado, 26 anos).

Segundo esta visão, a força numérica do grupo de acompanhantes dificulta ou impede a ação dos infratores: *Agora se eu estiver na rua sempre procuro ficar próximo de pessoas para me proteger. Acredito que afasta o assalto. Os assaltantes procuram lugares vazios e pessoas sozinhas para agir.* (Vendedora, 36 anos). A crença na virtude dissuasiva do grupo leva os sujeitos a avaliarem que os assaltantes focalizam mais pessoas sozinhas do que acompanhadas: *Mas em grupo você fica menos vulnerável, eles procuram pessoas em situação mais fácil... Se tem uma pessoa só, ele [o assaltante] vai na pessoa que está só. Ele pode até roubar o grupo, mas não é o comum.* (Autônoma, 60 anos). Porém, há pessoas que mesmo contando com grupos formados por conhecidos, com preparo físico e dispostos a enfrentar, aparentemente, atacantes potenciais, continuam se sentindo inseguras como esta mulher.

Agora eu peço para meus amigos descerem para o ponto comigo, pois [antes] descia eu e mais duas amigas... Vou pedir pelo menos para eles [os amigos] [que] fazem academia de ginástica do lado do trabalho, acompanharem a gente. Agora os meninos ficam no ponto comigo, mas eu não me sinto segura do mesmo jeito (Caixa e Atendente, 18 anos).

Ainda que ela não tenha explicado a razão desta insegurança persistente, não se pode descartar a influência das ações de assaltantes que usam armas de fogo para neutralizar grupos como o dela. Nesta mesma linha, outra interlocutora também se cerca de pessoas por causa da mesma insegurança das paradas de ônibus. Evidenciando uma perspectiva de gênero, esta mulher aponta o efeito positivo do grupo, em especial, dos integrantes masculinos na redução da vulnerabilidade de mulheres como ela que, por não reagirem aos assaltos, viram alvos fáceis. Mas como o grupo funciona mais contra ladrões desarmados do que armados, ele é visto pela interlocutora como um meio, dentre outros, para tentar, minimamente, se proteger.

Eu acho que com outras pessoas inibe mais, né? Principalmente mulher, né? Eles [os assaltantes] têm esse alvo maior com mulheres, porque [estas] não costumam reagir a assalto...Se eles tiverem sem arma não iriam chegar perto porque teria homens ali...Mas se só tivesse mulheres eles iriam chegar, iriam assaltar, ser até agressivos... Mas ainda assim, só são meios que a gente usa para tentar se proteger pelo menos um pouco... (Técnica de Enfermagem, 23 anos).

A desconfiança em relação ao papel protetor do grupo parece refletir mudanças na paisagem da segurança urbana em termos de: aumento do acesso às armas de fogo, ousadia dos assaltantes e desregulação dos crimes de rua. Como as armas de fogo protegem seus portadores mediante a criação de um colchão amortecedor entre eles e as vítimas, tais armas subvertem hierarquias de idade e número de pessoas: *Quando o cara vai assaltar o ônibus vai armado, ninguém reage. Mas se for com faca, teria como o pessoal reagir. Quando ele [o ladrão] está armado só ele tem o poder de assaltar, ninguém vai reagir* (Representante comercial, 20 anos).

Sob essa perspectiva, a força das armas de fogo supera a força numérica e o potencial dissuasivo desta última, como mostra a frequência de ataques criminosos efetuados em bares, logradouros públicos, paradas e meios de transporte (MALTEZ, 2023): *Não acho que número faz diferença na ação dos assaltantes. Aqui [na cidade] o nível de segurança parece menor e as atuações dos caras são mais ousadas. Sinto que não se intimidam com números, a julgar pelos inúmeros assaltos em bares e lugares coletivos* (Bióloga, 34 anos).

Enfim, conquanto o deslocamento em grupos aumente a sensação de segurança e iniba a atuação de delinquentes isolados e desarmados, ele não impede que estes mesmos grupos sejam atacados por assaltantes armados.

Ajuda mútua

A prática reativa e coletiva da ajuda mútua evidencia a influência dos laços pessoais, vínculos e apegos afetivos (FELSON, 2006; PICHÓN-RIVIÈRE, 1998; BOWLBY, 2002) na dinâmica dos roubos a grupos. Conquanto tais laços afetivos entre amigos e familiares sejam diferenciados, a força deles contrasta com as técnicas de manipulação do medo e de gestão de cenas e circunstâncias implementadas pelos assaltantes (PAES-MACHADO; VIODRES-INOUE, 2015). Tais laços levam os atores a adotarem procedimentos de segurança para não agravar os efeitos das interações coercitivas, a saber: advertir, aconselhar e fazer a contenção física de acompanhantes impulsivos.

Com respeito às advertências, uma usuária que com uma colega foi alvo de um roubo de celular e ficou apavorada com a disposição de sua colega não entregar o aparelho, fugir e, possivelmente, sofrer uma represália violenta relata: *Ela ia correr. Eu ainda falei com ela “não corra”. Meu medo era ela correr e ele atirar nela ou na gente* (Auxiliar de Produção, 42 anos). O medo de que a amiga, ela e outras pessoas fossem alvejadas, levou a usuária a fazer essa advertência.

Em relação ao aconselhamento, as duas acompanhantes de um sujeito, a irmã dele e uma amiga que iam com ele para o trabalho, lograram fugir dos assaltantes enquanto o irmão permaneceu sob o poder deles. Nessas circunstâncias, a irmã que correu para um local próximo de onde estava o irmão, acompanhou a situação e, ao perceber a relutância dele para a entregar o aparelho, o aconselhou a fazê-lo: *Ele botou a arma na minha cara, eu disse que não tinha o celular. Minha irmã gritou “dê o celular” e eu falei para ele que ia tirar o celular da mochila e entregar* (Entregador de transportadora, 40 anos).

Por sua vez, a contenção física foi praticada por um usuário que, após ser roubado com a mãe, segurou o braço para ela não correr e arriscar ser alvejada: *Minha mãe ia correr [dos assaltantes]. Eu segurei ela pelo braço e falei para ficar calma. Eles correram em nossa direção e o carro deles*

também avançou até nós. Com a arma em punho ameaçando atirar nela se ela corresse. (Técnico em informação, 25 anos). A agência coletiva das vítimas se manifestou na gestão de desafios e redução dos riscos da interação coercitiva do roubo.

Resumidamente, as práticas coletivas preventivas e reativas contrastam com as práticas individuais por potencializarem as reações e as respostas dos sujeitos aos crimes de rua, seja pelos grupos de aplicativos, seja pela ajuda mútua observada nas situações de roubos contra grupos. Com respeito ao uso de grupos de aplicativos para divulgar informações sobre crimes nos espaços de atividades dos sujeitos, há indicações de que a prática contribui para a prevenção de roubos contra os participantes, mas, ao mesmo tempo, pode ser comprometida pela mobilidade intraurbana e a diversificação das formas de atuação dos infratores. Quanto ao deslocamento em grupo, este aumenta a sensação de segurança e inibe a atuação de delinquentes isolados e desarmados, mas não impede que estes mesmos grupos sejam atacados por assaltantes armados. Por sua vez, a prática da ajuda mútua entre conhecidos, amigos e familiares engloba cuidados consigo mesmo e com os demais, no sentido da contenção de fugas perigosas e redução dos riscos para todos.

Discussão e Conclusão

Neste estudo sobre os procedimentos e as medidas quotidianas contra roubos de telefones celulares, assumimos que a segurança é configurada pelas práticas por meio das quais ela é buscada para responder aos problemas sociais e equacionar ameaças imediatas (ZEDNER, 2009; VALVERDE, 2014). Desse modo, a compreensão do fenômeno da segurança passa necessariamente pela análise das descrições feitas pelos atores acerca dos meios acionados por eles para lidarem com tais ameaças, como fizemos aqui com respeito aos relatos das medidas antirroubos.

Tais práticas, por sua vez, devem ser entendidas como resultado de um saber-fazer inarticulado, automático e derivado da experiência que torna autoevidente aquilo que é feito pelos sujeitos (BOURDIEU, 2001). Tal conhecimento prático – de caráter local, situado, plástico, descentralizado, cambiante – é difícil de ser traduzido para os modelos dedutivos e abstratos associados aos projetos estatais (SCOTT, 1998; SHEARING; JOHNSTON, 2003) e às políticas públicas de regulação do crime. Em várias situações, estes procedimentos são os mais importantes ou mesmo os únicos que os indivíduos e grupos vulneráveis contam para se proteger contra ações criminosas direcionadas contra eles.

Sob essa perspectiva, examinamos as possibilidades e os limites das práticas individuais e coletivas de gestão dos riscos de roubos dos aparelhos e de golpes virtuais e fraudes bancárias após a subtração deles. Assim, dado o aumento da disponibilidade (THOMPSON, 2017) e da centralidade dos celulares nas condições de existência dos sujeitos, os altos níveis de incerteza

implicados no seu uso e as limitações da provisão de segurança estatal (BORGH, 2023) para proteger os aparelhos da ação de infratores motivados (ZAUBERMAN, 2010), a multiplicação dessas medidas é um reflexo da disseminação das ameaças e dos perigos relacionados com o porte de tais aparelhos nos espaços públicos.

Por conseguinte, os procedimentos de segurança implementados de “baixo para cima” se tornaram recorrentes e normalizados no cotidiano desses usuários (CRAWFORD; HUTCHINSON, 2016), em especial de segmentos de trabalhadores pobres, usuários dos transportes coletivos e pedestres. Tais segmentos estão entre os mais vulneráveis por fazerem deslocamentos a pé ou não contarem com o escudo de proteção representado pelos automóveis (JACOBS, 2013; BEATO; PEIXOTO; ANDRADE, 2004), pelo menos até as pessoas entrarem neles. Entretanto, há informações sobre motoristas de carros que tiveram vidros quebrados quando pararam em faróis ou foram cercados por motociclistas infratores enquanto estavam em trânsito. Quanto às mulheres, há indicações que, conforme os dados sociodemográficos coletados, elas foram mais roubadas ou tiveram mais vitimização repetida pelo mesmo crime do que os homens, vitimização que elas consideram ser fruto da fragilidade física ou da menor resistência delas contra os agressores (MALTEZ, 2023). De qualquer modo, os segmentos de trabalhadores pobres de ambos sexos são os mais impactados pelo imposto regressivo representado por este crime predatório.

A incorporação dessas práticas também é condicionada pela normatividade securitária desenvolvida pelos sujeitos (REYES, 2016). Tais normas ativam procedimentos e formas de os atores se relacionarem com os demais, que se expressam no aumento da vigilância e de meios de proteção. Nesse sentido, este estudo mostra como a proteção dos telefones celulares intensificou a busca por segurança. Além das funções regulares dos celulares acopladas com a internet, terem incrementado, de modo inimaginável, o exercício e recebimento de vigilância, os riscos de roubos desses aparelhos elevaram ainda mais a securitização das atividades dos sujeitos.

Entretanto, apesar dessas medidas derivarem da junção e do redirecionamento de artefatos, hábitos e procedimentos disponíveis ou conhecidos (MOLOTCH, 2012), elas não resultam somente do aqui e agora, mas são constituídas pelo costume ou pelas experiências diretas e indiretas de vitimização. Nesse sentido, essas e outras práticas estão fundadas nas experiências diárias com roubos de rua desde o começo da década de 1990, e mais recentemente com roubos desses telefones. Um exemplo disso é o uso do corpo, de vestimentas e acessórios como esconderijos de bens cobiçados como os telefones móveis.

Conquanto a classificação das medidas de segurança aqui relacionadas apresente dificuldades decorrentes das semelhanças existentes entre algumas delas, identificamos, de um lado, seis práticas

individuais: 1) uso dos dispositivos do aparelho; 2) restrição da exposição; 3) ocultação do aparelho; 4) restrição do porte; 5) ocultação pessoal; e 6) evitação de suspeitos. De outro lado, verificamos três práticas coletivas, a saber: a comunicação via mídia social, o deslocamento em grupo e a ajuda mútua.

Ora, tais práticas de prevenção situacional dos roubos de rua também podem ser vistas como modalidades de autopolicamento ou capacidade do público de tomar suas próprias decisões sobre o controle de infrações, desordens e conflitos, sem a participação dos agentes da lei ou do sistema de justiça criminal (SHEPTYCKI, 2006). De qualquer modo, acreditamos que a discussão acerca das conexões entre a segurança quotidiana e o policiamento realizado diretamente pelo público pode robustecer as explicações sobre ambos os aspectos informais da regulação do crime. Como parte integrante desse autopolicamento estão a restrição e a evitação de condutas como uma forma simples de defesa, uma precaução costumeira e uma estratégia relevante para as vítimas de crimes (FELSON, 2006). Assim, as condutas de evitação são um reflexo tanto da falta de opções e da urgência dos sujeitos para alterarem suas atividades, reduzirem a vitimização ou aumentarem a própria segurança (FELSON, 2006), quanto da ação criadora e criativa daqueles para se protegerem “com a cara e a coragem” ou com seus próprios recursos. Essa competência se manifesta ainda na capacidade de os sujeitos responderem, adaptarem e mudarem seus comportamentos com base nas características e modificações do seu ambiente (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 2010) ou dos seus espaços de atuação.

Em outras palavras, ao agirem e adequarem suas respostas à máxima de “quem não é visto, não é lembrado” (*out of sight, out of mind*), os sujeitos não poupam procedimentos individuais de ocultação dos alvos, nem procedimentos coletivos de comunicação em grupos. Cabe enfatizar que as intercessões, as sobreposições e as combinações entre essas práticas revelam múltiplas redundâncias a exemplo de celulares que são silenciados, desligados, ocultados e deixados em casa. Efetivamente, a evitação que permeia a maior parte das práticas individuais e a comunicação via mídia social se traduz na ocultação (FELSON, 2006) dos objetos atrativos e dos próprios portadores deles no âmbito de espaços, tempos e atividades, visando desestimular infratores. Muito interessantes, nesse sentido, são as combinações de segurança (*security combos*) ou articulações entre procedimentos de restrição espacial e temporal que alteram as rotinas para evitar horários e locais avaliados como ameaçadores, mas cujos pesos relativos precisariam ser melhor conhecidos.

Nesse jogo de ping-pong da segurança patrimonial e pessoal, permeado por feedbacks mútuos e constantes entre vítimas potenciais e infratores, a sensibilidade leiga das primeiras opera com a prudência, a malícia e a rapidez para preservar os aparelhos. A prudência se refere à seleção e exclusão de espaços e locais para circular e permanecer, levando em conta o momento e a maneira de se deslocar

pelos mesmos. Tal prudência pode inclusive contrariar avaliações e recomendações de agências públicas e privadas sobre essas áreas, uma vez que elas tendem a subestimar os riscos existentes e sobrestimar sua capacidade para controlá-los. Nessa linha de prudência e comedimento, vários usuários adotaram o hábito de manter nas suas casas o chamado “celular reserva” – mais caro ou que guarda dados importantes e aplicativos sensíveis -, enquanto utilizam o “celular do ladrão”, mais barato ou sem esses aplicativos, para levarem para a rua e entregarem, nos casos de assaltos, aos ladrões.

Contudo, mais radical ainda do que esse e outros procedimentos examinados é a ocultação dos próprios portadores dos telefones móveis no interior de estabelecimentos privados ou atrás de prédios próximos das paradas de ônibus para não serem surrupiados. Tal avaliação dos espaços privados como seguros contrasta com a visão dos espaços públicos abertos como lugares perigosos dos quais é preciso se afastar, vigiar, apressar o passo, segurar bolsas e carteiras, correr, reforçando processos de segregação socioespacial e cultural que tem redefinido os padrões de sociabilidade e a própria textura dos nossos assentamentos urbanos. Quanto às práticas coletivas de segurança, elas se distinguem dos procedimentos individuais pulverizados por potencializarem as reações e as respostas dos sujeitos, seja pela mobilização de grupos de aplicativos para prevenir assaltos, seja pela ajuda mútua visando evitar fugas perigosas.

Pode-se afirmar, portanto, que as funções de comunicação e mobilidade, acopladas com o uso da internet, dos telefones celulares que tanto revolucionaram o estilo de vida e contribuíram para que eles virassem produtos quentes (CLARKE, 1999), objetos de cobiça e alvos altamente atrativos para o crime, são as mesmas funções que são impactadas ou restringidas pelas ameaças e pelos perigos de eles serem subtraídos. Ademais, considerando que a mobilidade socioespacial está associada às funções dos celulares, a restrição do porte desses aparelhos termina influenciando tanto o raio geográfico de circulação quanto as formas de organização e reconhecimento dos espaços por parte dos usuários.

Consequentemente, a gestão e a redução dos riscos de roubos passam pela organização da movimentação, permanência ou circulação dos sujeitos em duas zonas distintas do espaço-tempo cotidiano. De um lado, estão as zonas “verdes”, caracterizadas pela baixa vigilância e pelo aumento do uso dos telefones móveis – a exemplo das bolhas de segurança, dos cantos tranquilos e das passagens seguras entre diferentes espaços (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 2010). De outro lado, estão as zonas “vermelhas”, marcadas pela intensificação da vigilância e redução do uso dos aparelhos celulares, a exemplo das arriscadas paradas de ônibus e dos lugares considerados “desertos”, esvaziados de gente ou submetidos aos toques de recolher estabelecidos no horário noturno por moradores e pedestres.

Por fim, embora essas práticas quotidianas possam estar contribuindo para a redução do ritmo e da magnitude dos roubos, elas têm, como todo e qualquer procedimento de segurança, limites que apontam para a necessidade de medidas múltiplas adicionais por parte das forças policiais (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010). Entre estas medidas estão o policiamento de pontos quentes (*hot spots*), a investigação continuada e o dismantelamento das redes de assaltantes e receptadores de celulares. Trata-se de medidas adicionais que podem contribuir para aumentar esse ritmo de diminuição dos delitos, evitar a responsabilização extrema das vítimas e mitigar a sensação disseminada de insegurança impulsionada pelos roubos. Enfim, dadas essas possibilidades de diálogo, potencialização mútua e complementaridade, vale enfatizar que as práticas quotidianas não substituem e tampouco podem ser substituídas pelas ações formais ou oficiais das agências públicas e privadas de segurança.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPQ e a FAPESB pelos apoios para este estudo. Também somos gratos aos pareceristas da Dilemas, a Clifford Shearing, Gabriel Patriarca, Laura Machado, Ana Márcia Nascimento pelos valiosos comentários e sugestões, a Andrija Almeida pela primeira revisão do texto e a Josair Telles pela condução de várias entrevistas.

Notas

¹ Enquanto a limitação técnica de usar o aparelho antigo na rua decorre da dificuldade de recarga dele, a limitação interativa resulta de possíveis reações violentas de assaltantes contra portadores de celulares inferiores, gastos ou quebrados.

Referências

- ADLER, Patricia A.; ADLER, Peter; FONTANA, Andrea. “Everyday life sociology”. **Annual Review of Sociology**, San Mateo, vol. 13, pp. 217-235. 1987.
- AQUINO, Jania Perla Diógenes. “Abordagens Truculentas e Domínio de Cidades Brasileiras em Assaltos contra Bancos mediante Planejamento Minucioso”. **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 25, n. e-soc118176, pp. 1-34, 2023.
- BEATO, Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino; ANDRADE, Mônica Viegas. “Crime, oportunidade e vitimização”. **RBCS**, São Paulo, vol. 9 n. 55, 2004.
- BORGH, Chris. “Everyday Security Practices in Gang-Controlled Neighborhoods in San Salvador”. **Conflict and Society: Advances in Research**, Nova York, vol. 9, n. 1, pp. 1-20, 2023.
- BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d’une Théorie de la Pratique, Précédé de Trois Etudes d’Ethnologie Kabyle**. Paris: Seuil, 2001.
- BOWLBY, John. **Apego: A Natureza do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- BRANTINGHAM, Patricia L.; BRANTINGHAM, Paul J. (2010) “Nodes, Paths and Edges: Considerations on the Complexity of Crime and the Physical Environment.” In: ANDERSEN, Martins A.; BRANTINGHAM, Paul J.; KINNEY, J. Bryan. **Classics in environmental criminology**. Boca Raton: CRC Press Taylor and Francis Group, 2010, pp. 273-310.
- CLARKE, Ronald. **Hot Products: Understanding, Anticipating and Reducing Demand for Stolen Goods**. London: Home Office. 1999.
- COHEN, Lawrence E.; FELSON, Marcus. “Social Changes and Crime Rate Trends: a Routine Activity Approach”. **American Sociological Review**, Washington, DC, vol. 44, n. 4, pp. 588-607, 1979.
- CRAWFORD, Adam. **The local governance of crime: appeals to community and partnerships**. Oxford: Oxford University, Great Clarendon Street, 1997.
- CRAWFORD, Adam; HUTCHINSON, Steven. “Mapping the Contours of “Everyday Security”: Time, Space and Emotion”, **British Journal of Criminology**, Oxford, vol. 56, n. 6, pp. 1184–1202, 2016.
- DOUGLAS, Jack D. **Understanding Everyday Life**. New York, Routledge. 1970.
- FELSON, Marcus. **Crime and Nature**. Thousand Oaks: Sage, 2006.
- GRILLO, Carolina Christoph; MARTINS, Luana Almeida. “Indo até o Problema: Roubo e Circulação na Cidade do Rio de Janeiro”. **Dilemas**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, pp. 565-590, 2020.
- GUILLAUME, Xavier; HUYSMANS, Jef. “The Concept of ‘the Everyday’: Ephemeral Politics and the Abundance of Life”. **Cooperation and Conflict**, Thousand Oaks, vol. 54, n. 2, pp. 278–296, 2018.
- GUNNING, Jeroen; SMAIRA, Dima. “Who you Gonna Call? Theorising Everyday Security Practices in Urban Spaces with Multiple Security Actors – The case of Beirut’s Southern”. **Political Geography**, Amsterdã, vol. 98, p. 102485, 2022.
- HABERMAS, Jürgen. “A nova intransparência.” **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, vol. 2, pp 103-114, 1987.
- JACOBS, Bruce. “The manipulation of fear in carjacking”. **Journal of Contemporary Ethnography**, Oxford, vol. 45, n. 5, pp. 523-544, 2013.

- LEMOS, Mariana. “Saiba como Proteger seus Dados e seu Dinheiro em Caso de Roubo, Furto ou Perda do Celular”. **Brasil de Fato**, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/30/saiba-como-protoger-seus-dados-e-seu-dinheiro-em-caso-de-roubo-furto-ou-perda-do-celular>. Acesso: 12 jul. 2023.
- LATOURE, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-network-theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LOPES, Cleber; PAES-MACHADO, Eduardo. “A Segurança em Mutação: Concepções, Práticas e Experiências”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 114, pp. 13-28, 2021.
- LOPES, Cleber; LIMA, Fabricio Silva; MELGAÇO, Lucas. “Solidary Neighbours? The Involvement of Middle-Class Communities in the Governance of Security and Disorder in Brazil”. **Journal of Contemporary Criminal Justice**, Oxford, vol. 38, n. 1, pp. 88-104, 2022.
- MALTEZ, Juliana Campos. **Perdeu, Passa o Celular: Um Estudo sobre Vitimização por Roubo de Celulares e seus Desdobramentos**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.
- MARTINS, Luana; CORRÊA, Diogo Silva; FELTRAN, Gabriel. “Apresentação ao Dossiê Roubo, Violência e Cidade”. **Dilemas**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 3, pp. 557-564, 2020.
- MOLOTCH, Harvey. **Against Security: How we go Wrong at Airports, Subways, and other Sites of Ambiguous Danger**. New Jersey: Princeton University Press, 2012.
- MONK, Khadija M.; HEINONEN, Justin A.; ECK, John E. **Street Robbery**. Problem-Oriented Guides for Police Problem-Specific Guides Series, n. 59. Washington, D.C.: COPS, 2010.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PAES-MACHADO, Eduardo. “Polícia para Quem Precisa de Polícia: Contribuições aos Estudos sobre Policiamento”. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 23, n. 60, pp. 437-447, 2010.
- PAES-MACHADO, Eduardo. “The Deliveries Cannot stop: Ecological (dis) Advantages and Socio-spatial Safety Tactics Against Predatory Crimes Among Brazilian Couriers”. **Crime Law and Social Change**, Berlim, vol. 54, n. 3, pp. 241-261, 2010.
- PAES-MACHADO, Eduardo; NASCIMENTO, Ana Márcia. “Conducting danger: Practices and Nodal Networks of Security Governance Among Taxi Drivers”. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, Abingdon, vol. 38, n. 1, pp. 1-22, 2014.
- PAES-MACHADO, Eduardo; VIODRES-INOUE, Silvia. “O Lado Sombrio da Estrada: Vitimização, Gestão Coercitiva e Percepção de Medo nos Roubos a Ônibus Interurbanos”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 30, n. 89, pp. 9-31, 2015.
- PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *Teoria do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- PITOMBO, João Pedro; ZARUR, Camila. “BA e RJ puxam alta de furtos de celular; Brasil tem quase 1 milhão de aparelhos roubados por ano”. *Folha de São Paulo*, 20 jul. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/07/ba-e-rj-puxam-alta-de-furto-de-celular-brasil-tem-quase-1-milhao-de-aparelhos-roubados-por-ano.shtml>. Acesso: 20 jul. 2023.

- REYES, Luis Berneth Peña. “Securonormatividade. La Sociabilidad Urbana vista a través de las Practicas de la Vigilancia Cotidiana”. **URVIO – Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, Quito, n. 18, pp. 104-123, 2016.
- SALVADOR tem cerca de três celulares roubados ou furtados por hora, diz SSP-BA. **G1**, Bahia, 22 de jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/01/22/salvador-tem-cerca-de-tres-celulares-roubados-ou-furtados-por-hora-diz-ssp-ba.ghtml>. Acesso: 2 jul. 2021.
- SANDERS, Teela. **Sex work: a risky business**. Devon: Willian Publishing, 2005.
- SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition have Failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.
- SHEARING, Clifford D.; JOHNSTON, Les. **Governing Security: Explorations in Policing and Justice**. London: Routledge, 2003.
- SHEPTYCKI, James. “Self-policing”. Eugene McLaughlin, John, Muncie. **Dictionary of Criminology**. London: Sage Publications, 2006.
- THOMPSON, Rebecca. “Portable Electronics and Trends in Goods Stolen from the Person”. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, Oxford, vol. 54, n. 2, pp. 276-298, 2017.
- VALVERDE, Mariana. “Studying the Governance of Crime and Security: Space, Time and Jurisdiction”. **Criminology and Criminal Justice**, Oxford, vol. 14, n. 4, pp. 379-391, 2014.
- ZAUBERMAN, Renée. “Os crimes contra a propriedade: uma síntese dos trabalhos europeus”. **Dilemas**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 5-6, pp. 211-235, 2010.
- ZEDNER, Lucia. **Security**. London: Routledge – Taylor & Francis Group, 2009.
- WOOD, Jennifer; DUPONT, Benoit. **Democracy, Society and the Governance of Security**. West Nyack: Cambridge University Press, 2006.

Eduardo Paes-Machado (epaesm@gmail.com) Sociólogo e criminólogo. Professor titular Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais de Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Crime e Sociedade (LASSOS). Foi pesquisador visitante em universidades do Reino Unido, Estados Unidos e Canadá. É bolsista do CNPQ. Realiza pesquisas sobre vitimização, segurança e governança criminosa.

 <https://orcid.org/0000-0001-6092-0464>

Juliana Campos Maltez (julymltz@hotmail.com) Doutorado e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal

da Bahia. Socióloga graduada pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Sobre Crime e Sociedade (LASSOS).

 <https://orcid.org/0000-0002-0141-6935>

Colaboradores

O autor EPM trabalhou na concepção, análise e redação final do artigo. A coautora JCM coletou, analisou e escreveu uma redação preliminar sobre os dados.

Recebido em: 26/02/2024
Aprovado em: 27/05/2024

Editor responsável: Michel Misse